



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9502

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Aldair Fagundes

Data: 19/09/2017

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 71/2017. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal ao “Centro de Educação Popular e Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Rurais do Cerrado – CEPAC”. (Referente à Lei nº 5.005, de 06/10/2017).

Controle Interno – Caixa: 25.13

Posição: 07

Número de folhas: 05

Espécie: P.L.
Categoria: Utilidade Pública
Cx: 25.13
Ordem: 07
nº folhas: 28



10052/2017

03.10.2017

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 71/2017

AUTOR:

Ver. Aldair Fagundes Brito

Lei nº 5.005, de 06/10/2017

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao
Centro de Educação Popular e Apoio ao Desenvolvimento das
Comunidades Rurais do Cerrado CEPAC.

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - Entrada em 19/09/2017
Comissão de Legislação e Justiça.
- 4 -
- 5 - APROVAÇÃO EM REGIME DE VIGÊNCIA
- 6 - EM 03.10.2017
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

71
PROJETO DE LEI Nº 00/2017.

Lei nº 5.005, de 06 de outubro de 2017

Concede Título de Utilidade Pública

O povo do município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos como, “ **CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS DO CERRADO – CEPAC**, inscrita no CNPJ sob nº 08.687.767/0001-42, tendo seu funcionamento regular no Povoado Estrada da Produção, km, 14 , s/n, comunidade rural, município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de
Montes Claros.

18 de setembro de 2017



ALDAIR FAGUNDES BRITO
VEREADOR

Aldair Fagundes Brito
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 19 DE SETEMBRO DE 2017

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 03 DE OUTUBRO DE 2017

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 071/2017 QUE “Concede Título Declaratório de utilidade Pública Municipal ao Centro de Educação Popular e Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Rurais do Cerrado CEPAC”, de autoria do Vereador Aldair Fagundes Brito.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 20 de setembro de 2017.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 71/2017

AUTOR: Ver. Aldair Fagundes Brito

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Centro de Educação Popular e Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Rurais do Cerrado-CEPAC".

I - RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 19/09/2017 com entrada na Sala das Comissões no dia 20/09/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Centro de Educação Popular e Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Rurais do Cerrado CEPAC".

De acordo com estatuto a referida entidade tem por finalidade contribuir para a promoção da agroecologia, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das diversas comunidades do campo e da cidade.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, vez que atende os requisitos legais previstos em lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2017

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho _____

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: _____